

MILTON SANTOS¹

“NÃO SOU MILITANTE DE COISA NENHUMA, EXCETO DE IDEIAS”²

USP Imagens



Milton Santos em frente à FFLCH, em 1994, em registro de Jorge Maruta

“Em um dado momento, acreditava-se na industrialização como saída para o desenvolvimento e criou-se, no meu modo de ver, um grande problema epistemológico. Essa crença, que até hoje tem repercussão nas Ciências Sociais, é também decorrente da hegemonia paulista na produção intelectual brasileira. Quer dizer, essa crença na indústria como único motor possível tornou-se um pensamento hegemônico, aceito sem crítica. Descobri isto somente em 1964, quando fui ensinar na França, depois de repetir as mesmas coisas”

A primeira coisa a dizer é que eu sou um homem da Bahia. Nasci em 1926, na Bahia. Pode, ainda, participar de um tipo de formação básica, que iria praticamente se extinguir com a minha geração, isto é: um ensino secundário em cinco anos, complementados por mais dois anos preparatórios à faculdade. Aqueles cinco anos ofereciam um conjunto de conhecimentos capaz de formar o homem para ser um cidadão. Era isso o ensino secundário: a formação de um indivíduo completo e, assim, de um candidato a ser um bom cidadão.

Praticamente não fui à escola primária. Como meus pais eram professores primários, estudei mesmo em casa e só fui à escola para fazer exames, aos oito anos, em Alcobaça, no sul da Bahia. Fiquei esperando a idade de 10 anos para fazer o exame de admissão ao ginásio em escola particular, em Salvador. Havia poucos ginásios em todo o estado. Tive que ser interno. E como não havia internatos públicos, fui para uma escola particular onde meu pai havia sido professor, o Instituto Bahiano de Ensino. Era uma escola da classe média estabelecida. Nesse estabelecimento havia rigor, tanto do ponto de vista da formação ética como da formação intelectual.

Salvador demorou muito para se tornar um centro industrial, permitindo, então, uma valoração muito grande da cultura. A própria sociedade brasileira era ainda um arquipélago, pouco contaminado pelos valores da sociedade industrial. Esse apego à cultura não era apenas um sonho daqueles que se entregavam a um projeto intelectual, porque ha-

via a quase certeza de que através da cultura, do estudo e do esforço poder-se-ia chegar a algum lugar, diferente do projeto industrialista, onde há outros canais de ascensão e os valores são outros. Hoje, olhando para trás, vejo como isso foi importante para a minha formação, haver adquirido uma preocupação estudiosa, ao mesmo tempo que uma fé no humanismo.

O fato de haver estudado Direito reforça muito esta vocação, pois a formação jurídica era, então, a porta para todas as funções de direção da vida social: para a diplomacia, para a política, para o jornalismo e até para as atividades propriamente ligadas ao Direito, isto é, ser juiz, promotor, advogado etc. A Faculdade de Direito não era predominantemente técnica, mantinha um equilíbrio entre o lado técnico e o filosófico da formação, com um grande peso para o estudo do Latim, da Filosofia, da Sociologia e da Geografia Humana. Tudo isso, como já ressaltai antes, foi muito importante na minha formação. Sendo Salvador uma cidade pequena mas com a vantagem de ter sido urbana há muitos séculos, havia a possibilidade de convivência imediata com homens cultos fora da Universidade. Nela havia já uma segmentação, uma hierarquização da vida social, mas, a essa época, isso não impedia os contatos.

Exemplo de intelectuais com os quais convivi ainda muito moço foram Pedro Calmon e Otávio Mangabeira. Tive grandes professores desde o ginásio, porque gente de grande valor que ensinava nas faculdades de Medicina, de Direito, de Engenharia, também dava aulas no ginásio. Estes

homens eram um modelo para nós, os jovens estudantes.

Fiz meu bacharelado em Direito e um pouco depois fui para a França me doutorar, o que consegui aos trinta e dois anos. Meu tema de tese foi “O Centro da Cidade de Salvador: Estudo de Geografia Urbana”, que acabou se tornando um livro de história, versando sobre Salvador nos anos 1950. Meus diretores de tese foram Jean Tricart e Etienne Juillard, na Universidade de Estrasburgo.

Então o Brasil já era visto através da definição oferecida no famoso livro de Stefan Zweig, ou seja: “o Brasil do futuro”. Havia esse lado ufanista e desenvolvimentista oriundo em parte da política de preparação de Brasília, do crescimento econômico e do debate sobre o desenvolvimento. Naquela época em que fiz meu doutoramento, havia também da parte dos professores e intelectuais europeus um olhar otimista e simpático com relação ao Terceiro Mundo, noção politicamente construída na Europa e marca da associação daqueles intelectuais com jovens e com gente progressista do Terceiro Mundo. Era também, de alguma forma, um ato de engajamento. Ainda que também houvesse preocupações com a carreira, não era como hoje, onde as relações internacionais são, em grande parte, ditadas por preocupações de carreira, tornando-as tão áridas e raramente produtivas (no meu modo de ver). Havia um comprometimento com as idéias universalistas, na cooperação entre orientados e mestres. Tenho grande orgulho do volume de artigos que eu assinei com meu mestre Tricart.

É exatamente porque se acreditava no desenvolvimento que se inventou a noção de subdesenvolvimento. Havia toda uma ideia de como fazer os países do sul decolarem. Essa decolagem tinha certos pressupostos que passavam pela industrialização, pela construção de um Estado Nacional, pela incorporação cada vez maior do conhecimento na criação de um projeto nacional. Havia todo um conjunto de ideias que acabava dando entusiasmo à juventude, capitaneada, de uma forma ou de outra, pelos partidos de esquerda, notadamente o Partido Comunista. O PCB fazia um trabalho muito forte, muito sistemático para esta integração, que incluía também pessoas com outros perfis ideológicos, mas interessadas no projeto nacional. Essa busca do desenvolvimento era uma tarefa que incluía uma grande parte da juventude e não deixava indiferentes outros partidos políticos.

Eu tenho a impressão de que, se formos periodizar, veremos que o abalo das concepções de desenvolvimento nacional só ocorre recentemente, no governo atual. O que se deu foi uma mudança na forma de ver a questão. Em um dado momento, acreditava-se na industrialização como saída para o desenvolvimento e criou-se, no meu modo de ver, um grande problema epistemológico. Essa crença firme na industrialização, que até hoje tem repercussão nas Ciências Sociais, é também decorrente da hegemonia paulista na produção intelectual brasileira. Quer dizer, essa crença na indústria como motor, como único motor possível, tornou-se um pensamento hegemônico, aceito praticamente sem crítica. Descobri

isto somente em 1964, quando fui ensinar na França. Depois de repetir as mesmas coisas — a indústria como motor, a indústria como alternativa, a indústria como forma de medir o crescimento, a indústria como único setor dinâmico — e aliás, isto se devia a uma certa leitura de Marx, transmitida pelos militantes do PCB — descobri que não era bem essa a interpretação única, nem a exclusivamente conveniente. Nem para os nossos países, nem para os países centrais.

Predominava uma interpretação a partir da indústria, ver o país a partir do que ele ainda não tinha, do que ele ainda não era. Imaginávamos estar produzindo um projeto, quando, na verdade, buscávamos uma camisa de força. A base mais ampla das ciências sociais era essa epistemologia importada

A base do meu trabalho a partir daí passou a ser a de criticar esta certeza que eliminava inúmeras possibilidades de entendimento do lugar, da região, da história local. Predominava uma interpretação a partir da industrialização e da indústria. Buscávamos ver o país a partir

do que ele ainda não tinha, do que ele ainda não era. E imaginávamos estar produzindo uma visão futurista, um projeto, quando, na verdade, buscávamos uma camisa de força, costurada no estrangeiro, para vestir o nosso próprio país. A base mais ampla das ciências sociais era essa epistemologia importada, cujos frutos eram legitimados nos centros exportadores de ideias. Enquanto isso, descurávamos da produção de nossa própria epistemologia, de nossas próprias ideias. Tudo isso era muito ajudado pela nossa ênfase enviesada de uma velha tendência intelectual que é a de considerar o mundo a partir da Europa, e agora dos Estados Unidos. Assim se exclui do nosso campo de visão a maior parte da humanidade, do mundo e, também, da própria cultura brasileira. A cultura oficial brasileira — a dos homens oficialmente cultos do Brasil — nutriu-se, frequentemente, de uma visão vesga do mundo. A globalização agrava essa vesguice. Ela não convoca a uma real mundialização do pensamento, porque vem acompanhada do predomínio praticamente ditatorial de forças que têm, outra vez, como centro, a Europa e já agora, sobretudo os Estados Unidos. O pensamento único é um pensamento de origem euroamericana. E eu creio que isso convida a uma renúncia do mundo e de si mesmo, por ficarmos demasiadamente tributários de epistemologias que não são universalistas, mas são apenas euroamericanas, rejeitando assim, a possibilidade de começar a ver o mundo a partir de nós próprios. Acho que esse é o grande drama do pensamento social latino-americano.

Vejo hoje com muita dor a relação entre o regime autoritário militar e o regime autoritário da democracia de mercado — porque os dois são autoritários. Havia um autoritarismo explícito que convocava à oposição da inteligência, mas hoje há um autoritarismo encapuzado — em certos aspectos — e ainda mais eficaz porque nasce niilista e termina sendo niilista. O outro levava a uma crença e a uma “contra-crença”. Esta “contra-crença” era eficaz pois também era uma crença: essa vontade de liberdade que irmanava brasileiros dentro e fora do país, ainda que as formas de luta pudessem ser completamente diferentes. Os de dentro resistiam e os de fora, a seu modo, imaginavam resistir. Hoje eu creio que o totalitarismo é pouco visto, ou, em todo caso, não é considerado como autoritarismo. Porque o próprio processo de vida acaba por esmagar toda a vontade de autonomia intelectual, as formas econômicas e políticas desse autoritarismo aparecem como indispensáveis e, para muitos, louváveis, criando uma espécie de “geleia geral”, na qual os resistentes aparecem em número relativamente limitado. Daí decorre a nossa tarefa educacional como tarefa crítica.

No mundo de hoje, a crítica tornou-se menos frequente, mas ao mesmo tempo mais fácil, porque a história vai se fazendo de modo visível. Nenhuma geração teve este privilégio, possibilidade aliás ainda não completamente realizada, de ter acesso direto e imediato à história se fazendo no planeta inteiro. Por isso, a tarefa da crítica torna-se afinal historicamente viável. Os instrumentos intelectuais de crítica passam a

ter uma veracidade e objetividade que nunca tiveram e é por isso que a própria história, a noção de história, torna-se ainda mais central, sugerindo uma volta ao marxismo. Evidentemente que a um marxismo renovado, porque nunca foi possível ao mundo contemplar, como hoje, o conjunto formado por uma totalidade empírica. A história do presente — a maneira como ela se dá e os enganos a que ela com frequência nos arrasta pela ditadura da informação — pode ser retomada através desse conhecimento da maneira particular de o mundo produzir história em cada país, em cada região, em cada lugar. Esta é a grande lição da globalização.

A tarefa que se coloca para a universidade é convidar os estudantes ao gosto pelo entendimento das raízes dos fenômenos. Eu não creio que seja difícil, é apenas uma questão de treino, ou talvez de incluir em todos os currículos, a partir do primeiro ano, em todas as disciplinas, as noções de mundo globalizado. Isso já começa a acontecer. Exemplo disto foi um convite muito gostoso que recebi do diretor da Faculdade de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais para proferir a aula inaugural. Ou seja: a preocupação com a globalização é central para entender o Brasil. Os intelectuais de Estado nos dizem que temos de obedecer às normas de um mundo tal como eles escrevem. Vamos escrever de outra forma. Este é o problema, o debate atual do Brasil é esse: não dá para dar as costas à globalização, à realidade, só que ela está sendo descrita de uma maneira que considero incorreta.

Há uma confusão entre irrecusabilidade do progresso técnico e ir-

recusabilidade do processo político. Acredito que o avanço técnico não possa ser recusado, mas pode, sim, ser utilizado segundo um outro esquema. Sempre foi assim. Durante toda a história da humanidade, ocorreram progressos técnicos mas com formas políticas múltiplas. O próprio imperialismo é exemplo disso. De alguma forma havia imperialismos desiguais que se olhavam, sem obrigatoriamente se deixarem engolir, como o Império Português e o Inglês que eram diferentes, mas ambos mantinham suas colônias. Penso que, hoje, à base da ditadura do dinheiro, há uma idéia formada da utilização em mão única de um certo conjunto técnico.

Uma universidade como a USP não dispõe do seu próprio fundo de pesquisa. Esse parece ser o caso geral das universidades brasileiras, desprovidas, assim, de maior autonomia na direção do seu próprio processo de pesquisa. As maiores universidades poderiam destinar uma parte dos seus orçamentos (às vezes bem gordos em relação a congêneres estrangeiras) para a pesquisa feita a partir dela própria. Grandes idéias nem sempre necessitam de muito dinheiro. E o trabalho de faculdades críticas como as de filosofia é barato e não pode repousar o seu financiamento somente no que vem de fora, mas em recursos que sejam acionados de perto, não de longe.

É preciso aprofundar esse papel crítico da universidade, após tentar captar a história como um todo e para todos: cientistas políticos, economistas, sociólogos, antropólogos e, estou deixando para o fim mas sem nenhuma hierarquia, geógrafos

e historiadores. O dever de ofício da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas é fundamentalmente desenvolver a crítica. É importante a gente começar a brigar por isso; nosso papel é um papel de crítica, quer dizer: a faculdade é o lugar da crítica, inclusive da própria ciência.

**A ideia de intelectual,
aprendida com Sartre,
de independência total,
distanciou-me de toda
forma de militância,
exceto a das ideias.
A militância político-
partidária me assusta,
me faz medo, porque
ainda que a considere
indispensável quero ser
permanentemente sozinho**

Minha própria biografia pessoal acaba sendo decisiva para o entendimento de minha posição ideológica e política. Quer dizer, o próprio fato de ser negro e a exclusão correspondente acabam por me conduzir a uma condição de permanente vigilância. Não sou militante de coisa nenhuma, possivelmente pela forte influência do estilo francês de ser intelectual, que houve na minha formação, por mais que eu deseje me libertar dessa herança, e tão forte, razão pela qual às vezes eu o faço com certa brutalidade. Essa ideia de intelectual, aprendida com Sartre, de uma independên-

cia total, distanciou-me de toda forma de militância, exceto a das ideias. A militância político-partidária me assusta, me faz medo, porque ainda que a considere como indispensável, como também são indispensáveis os políticos, não desejo sê-lo, porque quero ser permanentemente sozinho. Embora separados, os militantes conscientes e convictos constituem um bloco de resistência.

A universidade é a única instituição que só pode perdurar se não aceitar de forma cabisbaixa as regras estabelecidas. Se eu me considero institucional, estou acabando com a minha universidade. Então ela é uma instituição *sui generis*, o que facilita o nosso engajamento mais amplo na produção de ideias para o país como um todo, e no comportamento de uma vanguarda, pois não creio que ela tenha morrido. E a gente não deve ter vergonha de exercer o papel de vanguarda. Mas, num mundo como o de hoje, as vozes isoladas têm um papel de arauto, mas não têm a força da convocação para a luta cotidiana e eficaz.

Vejo também assim o papel dos sindicatos dos professores, como, por exemplo, a Adusp, ao convocar a partir da casa, a sociedade para uma mudança! Disso nós estamos um tanto distantes, isto é, não estamos à altura da situação política do país, seja porque esperamos pelos partidos, seja porque talvez não estejamos à sua altura, pois numa crise como a atual, já deveríamos estar mais ativos. Mas como temos medo de ser chamados de vanguarda... De certa maneira, a crítica que se fez às esquerdas num dado momento foi eficaz, porque silenciou muitas vozes.

A gente tem de discutir a democracia. A democracia que a gente quer é essa que está aí? Democracia de mercado... eu não creio que seja essa. Teríamos de rediscutir a ideia de cidadania, de democracia, de liberdade mesmo. Liberdade de opinião, de criação, de poder. Eu creio que o mundo vai se encaminhar para uma situação onde os países não terão necessidade dessa contabilidade dos economistas para se acharem grandes. A grandeza do país será dada pela forma como ele se ocupa de seus habitantes, de sua população. E esse não será um mundo guerreiro. Nem mesmo a Europa de hoje, que de certo modo busca se unificar para fazer a guerra com os outros, poderá viver de outro modo. A Europa é uma máquina de guerra contra o Japão e seus satélites, contra os Estados Unidos e seus satélites e sobretudo contra o Terceiro Mundo. Será que devemos entrar nessa carreira? Para chegar no caso do Brasil, que diferença faz se somos o oitavo ou o octogésimo país do mundo? Não é isso que está em jogo. Acredito, ao contrário, que a história da qual nossa geração participa é uma história que permite pensar num mundo novo. Uma geração atrás, era impossível pensar assim, porque (voltando à inevitabilidade das técnicas) não havia as técnicas doces como elas são hoje, subordinadas ao homem pela sua própria natureza.³ Isso permite uma outra política. Agora, essa outra política não dá para esperar pelo chamado mundo, tem que ser produto de vontades nacionais. Então, não é verdadeiro dizer que só há um caminho para todos os países. As condições históricas do mundo

atual permitem já muitos caminhos e esses muitos caminhos não vão ser encontrados ao mesmo tempo, mas cada qual encontrará o seu tempo em momentos diferentes. O que se está dando, agora, ao mesmo tempo é essa vocação atual para seguir a vontade de um grupo de empresas e de países hegemônicos.

Num mundo assim feito, vejo o Brasil como um dos países que vão sair na frente. Não importa o que os governos, mundial e nacional, façam este ano ou o ano que vem. O movimento atual é de cima para baixo, mas há um outro movimento possível, um outro mundo movendo-se de baixo para cima, movimento que foi acelerado nestes três meses. Ocorreu uma enorme aceleração da história que aponta para a emergência de um novo país, a despeito da vontade de mantê-lo vinculado a um pensamento único, a um comando único, a uma idéia única, a uma economia única, a um dinheiro único e a um sistema de técnicas único. Eu creio que essa descoberta está sendo feita em toda parte. Nosso problema vem do fato de não sabermos até que ponto os homens que conduzem a nação e os partidos políticos aceitam esse tipo de ideia. Há muito medo hoje ainda, de dizer que outra coisa, diferente do que aí está, é também o Brasil, não é? Esse é que é o problema. A palavra “mundo” é usada de maneira indevida, a palavra “Brasil” é usada de maneira indevida e isso perturba a produção de um projeto alternativo. Mas vejo que este é possível. Pode-se usar de outra forma a tecnologia e mesmo o mercado, a partir do homem, e não do dinheiro como está sendo feito agora.

Notas

- 1 Professor titular do Departamento de Geografia da FFLCH. Em 1994, recebeu o Prêmio Internacional de Geografia Vautrin Lud, a maior distinção dessa área acadêmica. Faleceu em 24 de junho de 2001, aos 75 anos de idade.
- 2 Publicado na *Revista Adusp* 17, de junho de 1999, este texto resultou de depoimento de Milton Santos a Zilda Márcia Gricolli Iokoi, professora da FFLCH.
- 3 O conceito de “técnicas doces” utilizado por Milton Santos aparecerá novamente no seu livro “Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal” (Record, 2000). É como ele se refere às “técnicas de informação, as quais – ao contrário das técnicas das máquinas – são constitucionalmente divisíveis, flexíveis e dóceis, adaptáveis a todos os meios e culturas”.